Carta do Editor 11

Carta do Editor

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, com periodicidade semestral, disponível em versões impressa (ISSN 2177-4919) e eletrônica (ISSN 2178-0498), destina-se à divulgação da produção acadêmica dos docentes e pós-graduandos da Faculdade de Direito "Prof. Jacy de Assis", encontrando-se aberta também para a divulgação de artigos inéditos encaminhados por colaboradores nacionais e estrangeiros.

A linha editorial do periódico encontra-se vinculada à área de concentração do Curso de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito "Prof. Jacy de Assis" (CMDIP) intitulada "Direitos e garantias fundamentais". Neste sentido, a revista objetiva publicar artigos sobre a temática, segundo diferentes perspectivas e abordagens metodológicas, sejam elas de Direito Público ou de Direito Privado, bem como contribuições provenientes das áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas.

Na presente edição, a revista contou, mais uma vez, com a colaboração de autores nacionais e estrangeiros provenientes de diferentes instituições de pesquisa e de ensino superior. Na seção destinada à doutrina estrangeira, Miguel Angel Barrios (IEERI/ISEN – Argentina), em seu artigo intitulado "Los desafios de la seguridad e defensa em América del Sur desde la educación", investiga os desafios em termos de segurança, defesa e educação em um contexto internacional de globalização e de construção regional da América do Sul como um bloco supranacional.

Com relação à área temática de Fundamentos do Direito, destacamse as contribuições de Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth (UNIJUÍ/RS), responsável pela análise das relações complexas entre Direito Penal, medo e controle social; Rafael da Silva Rocha (UERJ) que, por sua vez, empreende um estudo sobre o impacto na realidade social do princípio da solidariedade segundo a metodologia proposta por Eugen Ehrlich; Lucas Catib Laurentiis (USP), objetiva aplicar a metodologia da ponderação para a análise crítica e sistematização de limitações razoáveis às liberdades de imprensa e expressão tendo em vista a tutela de direitos fundamentais e bens jurídicos constitucionais; por fim, Paulo Abrão e Marcelo D. Torelly (Comissão de Anistia do Ministério da Justiça) apresentam o projeto brasileiro para a diminuição da exclusão social e o consequente fortalecimento da democracia participativa construído por intermédio de políticas públicas implementadas no âmbito do governo federal a partir de 2003.

Nas searas do Direito Civil e Processual Civil, cabe ressaltar as importantes colaborações de Cláudio Ferreira Pazini (UFU), que analisa a inconstitucionalidade do art. 2035 do CC à luz do art. 5°, XXXVI, da CF e de considerações de direito intertemporal; Gabriel Ricardo Assis de Andrade e Nery dos Santos de Assis (FINOM/UNESP) que desenvolvem um estudo sobre a contradição entre a previsão constitucional da prisão civil do depositário infiel, o Direito Internacional e a jurisprudência pátria; Maria Carolina Florentino Lascala e Riva Sobrado de Freitas (UNESP) investigam a temática acerca da coisa julgada inconstitucional à luz dos valores de justiça e segurança jurídica.

No âmbito do Direito do Trabalho e do Direito Penal, destacamse os artigos de Rubens Valtecides Alves (UFU) sobre os paradigmas teóricos acerca das discriminações nas relações de trabalho no Brasil; de Lourival José de Oliveira e Simone Esteves Brizola (UEL/UNESP) sobre as garantias constitucionais no processo de terceirização no país; e Wemerson Pedro Andrade (Faculdade de Direito Milton Campos/MG), que pretende analisar, com apoio na doutrina, o conceito jurídico de organização criminosa.

A presente edição conta, ainda, com as contribuições de Saulo de Oliveira Pinto Coelho e André Fabiano Guimarães de Araújo (UFG), que abordam a sustentabilidade como princípio jurídico de natureza sistêmica e seus importantes reflexos na ordem constitucional, econômica e social; de Natalia Luiza Alves Martins e Anarda Pinheiro Araújo (Universidade de Fortaleza/CE), cujo artigo apresenta a mediação de conflitos ambientais como alternativa eficiente para a efetivação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A Revista da FADIR publica, outrossim, o amicus curiae elaborado coletivamente pelo grupo de pesquisa e extensão "Democracia e Transição Política" (CNPq/PROEX/UFU) integrado por docentes, pesquisadores e acadêmicos da Universidade Federal de Uberlândia, apresentado à Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso "Guerrilha do Araguaia" em defesa do reconhecimento jurídico dos direitos humanos à justiça, à verdade e à memória indispensáveis para a consolidação democrática em sociedades que recentemente experimentaram períodos de exceção, como a brasileira. Por fim, foi inaugurada uma seção do periódico destinada à publicação de resumos de dissertações defendidas no âmbito do Curso de Mestrado em Direito Público da Faculdade de Direito da UFU com o

objetivo de divulgar as pesquisas desenvolvidas por seu corpo discente.

A Coordenação da Revista da FADIR agradece a inestimável colaboração dos autores nacionais e estrangeiros, membros dos Conselhos Consultivo e Editorial, pareceristas, pós-graduandos, pesquisadores e acadêmicos tão importante para a consolidação da publicação como instrumento de referência para a divulgação de pesquisas, novos pensamentos e estímulo ao debate sobre os grandes temas que mobilizam a nossa sociedade e o mundo.

